



Cliente: **SUPERINTENDÊNCIA DA PRF NO RIO GRANDE DO NORTE**

Objetivo: **EXECUÇÃO DA OBRA DE SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA EDIFICAÇÃO ANEXA EXISTENTE NA SEDE PRF/RN SITUADA NA AVENIDA JAGUARARI, 1540, ESQUINA COM A AVENIDA NASCIMENTO DE CASTRO, BAIRRO LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP 59056-450**

Referência: **OUTUBRO/2025**

NOTA TÉCNICA SOBRE O REGIME DE TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS CONCORRENTES

No Brasil, a diferença entre uma planilha orçamentária com preços **desonerados** e **não desonerados** está diretamente ligada ao regime de contribuição previdenciária patronal (CPP) sobre a mão de obra. Essa distinção é fundamental para a elaboração de orçamentos, especialmente em contratos com a Administração Pública.

1. Desoneração da Folha de Pagamento: Entendendo a Base Legal

A "desoneração da folha de pagamento" é um benefício fiscal que permite a empresas de determinados setores substituírem a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) de 20% sobre a folha de salários pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com alíquotas que variam de 1% a 4,5% (dependendo do setor). Essa medida foi instituída pela Lei nº 12.546/2011 e visava reduzir o custo da mão de obra, incentivando a geração e manutenção de empregos em setores estratégicos da economia.

Recentemente, a **Lei nº 14.973/2024** manteve a desoneração para o ano de 2024 e instituiu um processo de **reoneração gradual** a partir de 2025 até 2027, com o retorno integral à contribuição sobre a folha de pagamento em 2028.

BL – PARTICIPAÇÕES EM SOLUÇÕES TÉCNICAS

CNPJ Nº 30.451.438/0001-57 | Insc. Municipal nº 217.387-4 | Insc. CAU/BR nº 39.166-2

Rua Paulo Barros de Góes | 1882 | Natal/RN | CEP 59064-460 | Brasil

☎ +55(84)4042-0858 | e-Mail: comercial@slparticipacoes.com | @blparquitetura

Página 1 de 5



- **Em 2024:** A contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento é zero (desoneração da folha), e a contribuição sobre o faturamento é de 1% a 4,5% (100% da alíquota prevista em lei).

- **A partir de 2025:** As empresas passarão a recolher contribuições de forma híbrida:

- **2025:** Contribuição previdenciária sobre a folha: 5%;
Contribuição sobre faturamento: 80% da alíquota original.

- **2026:** Contribuição previdenciária sobre a folha: 10%;
Contribuição sobre faturamento: 60% da alíquota original.

- **2027:** Contribuição previdenciária sobre a folha: 15%;
Contribuição sobre faturamento: 40% da alíquota original.

- **2028:** Reoneração integral, com 20% sobre a folha de pagamento e nenhuma contribuição sobre o faturamento.

Existe também uma medida específica e de caráter permanente para **municípios com população inferior a 142.633 habitantes**, que terão a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de salários reduzida de 20% para 8%.

2. Diferença entre Planilhas "Desoneradas" e "Não Desoneradas"

As tabelas de referência de custos de obras, como a SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e o SICRO (Sistema de Custos Rodoviários), disponibilizam ambas as versões:

- **Planilha com Preços "Não Desonerados":** Reflete o custo da mão de obra com a incidência total da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) de **20% sobre a folha de pagamento**. Ou seja, todos os encargos sociais sobre a mão de obra estão inclusos no seu percentual integral.

- **Planilha com Preços "Desonerados":** Reflete o custo da mão de obra com a substituição da CPP de 20% pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com as alíquotas específicas do setor. Na prática da planilha, isso se traduz em um **percentual de encargos sociais sobre a mão de obra menor**,

BL – PARTICIPAÇÕES EM SOLUÇÕES TÉCNICAS

CNPJ Nº 30.451.438/0001-57 | Insc. Municipal nº 217.387-4 | Insc. CAU/BR nº 39.166-2

Rua Paulo Barros de Góes | 1882 | Natal/RN | CEP 59064-460 | Brasil

☎ +55(84)4042-0858 | e-Mail: comercial@slparticipacoes.com | @blparquitetura

Página 2 de 5



pois a parte de 20% de INSS sobre a folha de pagamento não é considerada nos custos diretos da mão de obra, sendo o custo previdenciário calculado sobre a receita bruta total da empresa.

Em resumo: A diferença reside nos **encargos sociais sobre a mão de obra**.

Na versão desonerada, o custo da mão de obra em cada composição unitária da planilha é mais baixo, porque não incorpora o INSS patronal de 20%.

3. Como Calcular a Diferença de Valor

Para calcular a diferença entre os valores desonerados e não desonerados de uma planilha orçamentária, você deve observar o impacto dos encargos sociais na mão de obra.

4. Vantagem para a Administração Pública

Para a **Administração Pública**, a contratação de empresas que adotam o regime de desoneração da folha de pagamento é **geralmente mais vantajosa**.

- **Redução de Custos:** Empresas desoneradas tendem a apresentar propostas com preços mais competitivos, pois seus custos com mão de obra (especialmente os encargos previdenciários) são potencialmente menores. Essa economia pode ser repassada para o preço final do serviço, resultando em um menor gasto para o erário público.
- **Estímulo à Formalização e Competitividade:** Ao contratar empresas que utilizam a desoneração, a Administração Pública indiretamente estimula a formalização de empregos e a competitividade dos setores beneficiados.
- **Transparência e Conformidade:** Exigir que a empresa apresente uma planilha de custos desonerada (se ela for optante) garante que o orçamento reflita a realidade tributária da contratada, promovendo maior transparência nas licitações.

É crucial que a Administração Pública, ao elaborar seus editais de licitação, especifique claramente se os orçamentos de referência (e as propostas das licitantes) devem

BL – PARTICIPAÇÕES EM SOLUÇÕES TÉCNICAS

CNPJ Nº 30.451.438/0001-57 | Insc. Municipal nº 217.387-4 | Insc. CAU/BR nº 39.166-2

Rua Paulo Barros de Góes | 1882 | Natal/RN | CEP 59064-460 | Brasil

☎ +55(84)4042-0858 | e-Mail: comercial@slparticipacoes.com | @blparquitetura

Página 3 de 5



ser elaborados com base em tabelas "desoneradas" ou "não desoneradas", de acordo com a atividade preponderante e o regime tributário usual das empresas do setor.

5. Obrigatoriedade e Facultatividade da Desoneração por Porte da Empresa

A desoneração da folha de pagamento, conforme a legislação brasileira, **não é obrigatória nem facultativa com base no porte da empresa (Microempresa, EPP, Média ou Grande Empresa)**. A adesão a esse regime é definida pela **atividade principal da empresa (CNAE)** e pela sua **opção tributária**.

- **Facultativa:** Para os setores abrangidos pela lei (inicialmente 17 setores, incluindo a construção civil), a empresa tem a **opção** de aderir ou não à desoneração, ou seja, pode escolher entre contribuir com 20% sobre a folha de pagamento (regime "não desonerado") ou com a alíquota da CPRB sobre a receita bruta (regime "desonerado"). A decisão deve ser tomada anualmente e é irretratável para o ano-calendário.

- **Setores Abrangidos:** A desoneração se aplica a setores específicos, como:

- Construção Civil (obras de construção de edifícios, obras de infraestrutura, empresas de engenharia e arquitetura).
- Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- Teleatendimento (call center).
- Transportes (em casos específicos).
- Indústria Têxtil, Confecções e Calçados, entre outros.

Importante:

- **Reoneração Gradual (a partir de 2025):** Como mencionado, a Lei nº 14.973/2024 altera esse cenário. A partir de 2025, mesmo as empresas que optaram pela desoneração começarão a recolher parte da contribuição sobre a folha, em

BL – PARTICIPAÇÕES EM SOLUÇÕES TÉCNICAS

CNPJ Nº 30.451.438/0001-57 | Insc. Municipal nº 217.387-4 | Insc. CAU/BR nº 39.166-2

Rua Paulo Barros de Góes | 1882 | Natal/RN | CEP 59064-460 | Brasil

☎ +55(84)4042-0858 | e-Mail: comercial@slparticipacoes.com | @blparquitetura

Página 4 de 5



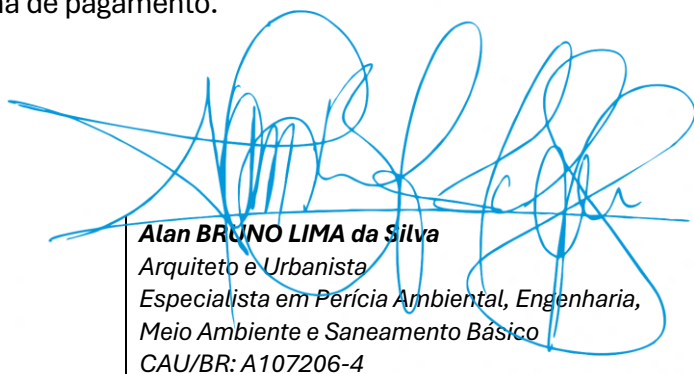
um processo gradual que culminará na reoneração total em 2028. Isso significa que, na prática, a "vantagem" da desoneração plena será diminuída a cada ano.

- **Análise de Vantagem:** A decisão de optar pela desoneração (quando facultativa) depende de uma análise financeira e tributária criteriosa, considerando a relação entre o faturamento bruto e o valor da folha de pagamento. Empresas com alta folha de pagamento e menor faturamento tendem a se beneficiar mais da desoneração, e vice-versa. Essa análise deve ser feita com o auxílio de um contador especializado.

Portanto, no processo licitatório, a Administração Pública deve estar ciente do regime tributário (desonerado ou não desonerado) em que a empresa licitante se enquadra, para garantir a correta aplicação dos custos e a competitividade das propostas.

A exigência de planilhas com preços desonerados ou não desonerados deve ser transparente no edital e dependendo do regime de composição a ser adotado pela empresa participante.

Desta forma e por todo o exposto, por ser mais vantajoso para administração pública foi realizado a elaboração da planilha orçamentária com base na desoneração de folha de pagamento.



Alan BRUNO LIMA da Silva
Arquiteto e Urbanista
Especialista em Perícia Ambiental, Engenharia,
Meio Ambiente e Saneamento Básico
CAU/BR: A107206-4

BL – PARTICIPAÇÕES EM SOLUÇÕES TÉCNICAS

CNPJ Nº 30.451.438/0001-57 | Insc. Municipal nº 217.387-4 | Insc. CAU/BR nº 39.166-2

Rua Paulo Barros de Góes | 1882 | Natal/RN | CEP 59064-460 | Brasil

☎ +55(84)4042-0858 | e-Mail: comercial@slparticipacoes.com | @blparquitetura

Página 5 de 5